

ANEXO VI – LISTA DE CREDENCIADOS

III Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial - Lista de Credenciados(as)

Nº	Nome	Sociedade Civil	Poder Público
1	Adilson Vieira	X	
2	Adriana da Silva		X
3	Alexandra Menezes		X
4	Alina Ferreira Costa	X	
5	Amanda Carolina Moraes do Nascimento	X	
6	Ana Paula Coutinho dos Santos	X	
7	Andrea Pereira da Silva	X	
8	Andreia de Oliveira	X	
9	Angel Rodriguez Jimenez	X	
10	Aniela Fagundes de Gouvêa	X	
11	Antonio Bezerra da Silva	X	
12	Antonio da Nobrega Santos	X	
13	Barbra Macedo Alves	X	
14	Camila Hatty Ribeiro de Macedo		X
15	Carlos de Souza Coelho		X
16	Carlos Roberto da Silva	X	
17	Carlos Wellington Moraes	X	
18	Carmen Celia Loverbeck		X
19	Christiane Oliveira Teixeira de Barros		X
20	Claudio Texeira	X	
21	Cleiton Leite coutinho		X
22	Daniel Abrahão Chagas	X	
23	Daniel Calazans	X	
24	Daniela R. Moreno	X	
25	Deyse Andrade Oliveira		X

26	Dilma de Melo Silva	X	
27	Doroti Mendes da Costa	X	
28	Dulcelina Vasconcelos Xavier	X	
29	Edir Linhares	X	
30	Elaine Cristina Lindolfo Lima		X
31	Eleayse Muracami		X
32	Elisabete Aparecida da Silva Amado	X	
33	Flávio Marcelo dos Santos		X
34	Francisco Sales Vieira	X	
35	Gerson de Souza	X	
36	Gilda Silvana Gonzalez Garcia Tambur	X	
37	Grace Kelly Pereira da Silva		X
38	Guaraciaba Oliveira Pinto		X
39	Heitor Karai Awá Ruvixa Gonçalves	X	
40	Hélio Raimundo de Souza	X	
41	Heliomar Coelho Silva Junior	X	
42	Hilda Ferreira Bento	X	
43	Iara Bento	X	
44	Irlaine Cristina Basso Thomazini		X
45	Isabel Cristina Martins		X
46	Isaias da Conceição Chagas	X	
47	Isaias de Oliveira	X	
48	Jaime Procópio Ferreira	X	
49	Jean Carlos Fernandes		X
50	Jefferson José da Conceição		X
51	João Alves Bessa		X
52	João Cardoso de Oliveira	X	
53	João Roberto Baradel	X	
54	José Claudio Santos Nunes	X	
55	José Ferreira de Souza		X
56	José Luis Ferrazeri		X
57	Julia Gonzalez Tambur	X	

58	Leon Santos Padial			X
59	Ligia Maria Daher Gonçalves			X
60	Lilian Lina de Souza	X		
61	Livia Martins da Silva	X		
62	Lucia de Nazare Oliveira	X		
63	Luiz Roberto Ferreira	X		
64	Luzia Arlete Gois Bento			X
65	Luzia Rosa Gonçalves Belintane	X		
66	Maicon Mota Silva			X
67	Marcelo Pires Candido	X		
68	Marcelo Silva de Vergosa	X		
69	Marcia Elena Nascimento Fachini			X
70	Marcio Della Bella			X
71	Marcos Antonio da Silva			X
72	Marcos Julio Aguiar	X		
73	Maria Cicera da Silva	X		
74	Maria Cleonice Vieira Duarte	X		
75	Maria de Fátima Augusto Actis			X
76	Maria de Lourdes Gurian Ribeiro			X
77	Maria de Lourdes Tadeu da Silva	X		
78	Maria de Lurdes V. Oliveira			X
79	Maria Eci Gonçalves Rodriguez	X		
80	Maria Emilia Soares Campi	X		
81	Maria Helena da Silva Doretto	X		
82	Mariza do Monte Marques	X		
83	Mauricio Yukiyo Osiro	X		
84	Miriam Bartholo	X		
85	Moacir Doretto	X		
86	Monica Rodrigues Nagy			X
87	Neusa Santos	X		
88	Nilson Antonio Sandre			X
89	Nivea Cristina da Silva Prata			X

[III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL]

27 DE AGOSTO DE 2013

90	Paulo Henrique Cotrim de Toledo			X
91	Pedro Paulo da Silva	X		
92	Priscila França de Figueiredo			X
93	Reginaldo Ferreira da Silva			X
94	Renato Moralli de Souza			X
95	Renilva Mota Ferreira	X		
96	Rodolfo Antonio Oliveira Padial	X		
97	Rodrigo Severo Nunes	X		
98	Rogério do Nascimento Gomes da Silva	X		
99	Rosalva Alves Portella			X
100	Rosângela Souza dos Santos	X		
101	Rosimar Dias Machado			X
102	Rozane Maria de Sena	X		
103	Rute Rodrigues do Nascimento	X		
104	Salvador Bento	X		
105	Samuel Marques Neto	X		
106	Sandra Casseri Rindeika			X
107	Sebastiana Raimundo de Souza			X
108	Sebastião Mateus Batista			X
109	Selma Pereira Lima			X
110	Sidneia Bueno Marianno	X		
111	Sônia Regina dos Reis Asséf			X
112	Terezinha de Jesus Silva			X
113	Vanda Nunes Santana	X		
114	Vinicius Souza Machado	X		
115	Wagner Luiz da Silva Baquero	X		
116	Walter de Sena Fernandes			X
117	Wilma Vara	X		

ANEXO VII – PARTICIPANTES NOS GRUPOS DE TRABALHO

Eixo	Nº de participantes
Eixo 1 - Estratégias para o desenvolvimento e o enfrentamento ao racismo.	11
Eixo 2 - Políticas de igualdade racial no Brasil: avanços e desafios.	18
Eixo 3 - Arranjos Institucionais para assegurar a sustentabilidade das políticas de igualdade racial: Sinapir, órgãos de promoção da igualdade racial, fórum de gestores, conselhos e ouvidorias.	19
Eixo 4 - Participação política e controle social: igualdade racial nos espaços de decisão e mecanismos de participação da sociedade civil no monitoramento das políticas de igualdade racial.	19

ANEXO VIII – TEXTO-BASE**III Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial****São Bernardo do Campo – 20/07/2013**

Dada a formação histórica do Brasil, marcada pela violência, escravidão, por um processo de abolição mal conduzido e por vários períodos ditatoriais, a questão do racismo ficou escondida por muitos e muitos anos.

O Brasil é um país multicultural, formado com a contribuição das populações afrodescendentes, indígenas, ciganas e de outros povos que para cá migraram desde o período de colonização do nosso país. O desenvolvimento da sociedade colonial e o processo de mercantilização dos milhões de negros escravizados, trazidos do continente africano e dos cinco milhões de povos indígenas marcaram um período longo da história brasileira. Condições desiguais geradas para determinados segmentos da população, com características étnicas e raciais específicas, resultaram no quadro atual de iniquidades enfrentadas por esses segmentos.

A população negra vem lutando há décadas para desmistificar a teoria da democracia racial e para demonstrar onde o racismo as atinge de alguma maneira, limitando os seus direitos e as suas possibilidades de vida no Brasil. Os povos de cultura cigana reivindicam políticas públicas específicas, que garantam os seus direitos humanos, sociais e culturais. Estes povos começaram a chegar ao Brasil ainda no período colonial. Estima-se que existam aproximadamente 800 mil ciganos no país, pertencentes a oito diferentes clãs.

Os povos indígenas, que são os primeiros donos da terra, sofreram processo de dizimação e de expropriação de suas terras desde os primórdios da colonização. Foi apenas a partir da Constituição Federal de 1988 que se garantiu o reconhecimento destes povos como

sujeitos de direitos na sociedade brasileira, bem como a demarcação de suas terras como um direito inalienável fundamentado na sua cosmovisão diferenciada de sociedade.

É importante ressaltar a organização e resistência dos movimentos sociais pela democracia e por direitos de cidadania plena, bem como a luta do movimento Negro organizado no enfrentamento ao racismo no Brasil.

Com o tema "Democracia e Desenvolvimento sem Racismo - Por uma São Bernardo Afirmativa", a III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL debate estratégias para o desenvolvimento e o enfrentamento ao racismo e os avanços e desafios das políticas de igualdade racial na cidade. A etapa municipal da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial discute, também, os arranjos institucionais para assegurar a sustentabilidade das políticas de igualdade racial, a participação política e controle social e os mecanismos de participação da sociedade civil no monitoramento das políticas de igualdade racial.

A Conferência é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos e todas possam participar do desenvolvimento rumo a um país mais justo e com igualdade e equidade para mulheres e homens.

Os agentes públicos e a sociedade civil têm em suas mãos a oportunidade de definir os rumos das políticas brasileiras de igualdade racial. É, portanto, momento de conferir e discutir novas diretrizes através de uma ação abrangente e planejada o que está sendo feito para reduzir, ou até mesmo anular, os efeitos acumulados da omissão do Estado em relação à realidade socioeconômica da maioria da população brasileira.

Para contribuir com as discussões sobre políticas de Promoção da Igualdade Racial, a III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL terá Grupos de Trabalho, conforme segue: 1) Estratégias para o desenvolvimento e o enfrentamento ao racismo; 2) Políticas de igualdade racial no Brasil: avanços e desafios; 3) Arranjos Institucionais para assegurar a sustentabilidade das Políticas de Igualdade Racial; SINAPIR, órgãos de promoção da igualdade racial, fórum de gestores, conselhos e ouvidorias; e, 4)

Participação política e controle social: igualdade racial nos espaços de decisão e mecanismos de participação da sociedade civil no monitoramento das políticas de igualdade racial.

Para facilitar a discussão dos grupos de trabalho, apresentamos abaixo, conteúdos referentes a cada um dos eixos temáticos, ressaltando que existe uma linha tênue entre os mesmos e que essa divisão tem finalidade organizativa.

1. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO

No que tange às estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento ao racismo, várias foram as ações desenvolvidas pelo Governo Federal, como a própria criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, para articular as políticas internamente ao governo federal e para dialogar com os estados e municípios, afirmando o compromisso do governo com o combate ao racismo e a propositura de políticas voltadas ao seu enfrentamento pelo Estado brasileiro.

Essas estratégias não foram traçadas somente a partir da vontade política do governo, mas de um debate amplo com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais que historicamente vem lutando pela dignidade da população negra.

Os desafios para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial envolveram importantes esforços no que se refere à articulação interministerial e ao incentivo para que Estados e municípios criassem organismos de promoção da igualdade racial na sua estrutura administrativa.

Destacam-se, ainda, as seguintes estratégias:

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR) - órgão consultivo do Governo Federal, criado em 2004, sendo a sua composição paritária entre poder público e sociedade civil organizada. Tem o objetivo de formular, monitorar e avaliar as políticas de

promoção da igualdade racial. O Conselho atua em conjunto com a SEPPIR no incentivo à implementação de conselhos correlatos nos Estados que ainda não possuem instâncias de controle social das políticas de promoção da igualdade racial.

O fortalecimento da participação e do controle social – iniciou-se no processo de organização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em 2005, seguida pela II Conferência Nacional em 2009. Os dois processos propuseram diretrizes e propostas para a implementação das políticas de igualdade racial no país. As Conferências são uma estratégia de envolvimento da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação das políticas de igualdade racial.

O Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, regulamentado pelo Decreto Federal de 08 de novembro de 2005, foi amplamente discutido pela SEPPIR com 15 órgãos do Poder Executivo Federal, tendo como objetivo a implementação, pelo Governo Federal, das políticas de promoção da igualdade racial nas áreas de educação, saúde, assistência social, acesso à terra, segurança pública.

Outra importante estratégia é a criação de Arranjos Institucionais para assegurar a sustentabilidade das políticas de igualdade racial.

A criação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial tem como principal objetivo articular e monitorar a implementação das políticas de promoção da igualdade racial em nível nacional.

A construção de estratégias e de diálogo entre as diferentes áreas do Poder Executivo Federal e a sociedade civil levanta a perspectiva de análise a partir de dados históricos da vida da maioria do povo brasileiro, sua cultura, suas crenças, religiosidade, focando um futuro de igualdade, com a operacionalização de políticas e ações que deem conta de avançar na construção de um Brasil para todas as pessoas. No cenário internacional, em 2001, a Conferência Intergovernamental Regional das Américas, no Chile, e a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban na África do Sul, marcaram a participação do Movimento Social Negro junto a governos e organismos internacionais, reivindicando compromissos mais efetivos com a equidade étnico-racial.

2. POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Podemos destacar como principal avanço nas Políticas de Promoção da Igualdade Racial a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) para articular as políticas para o desenvolvimento e o enfrentamento do racismo no Brasil. Temos tido avanços nessas políticas, mas muitos são os desafios a serem enfrentados para as transformações necessárias rumo a um país justo e com igualdade de oportunidade para todas as pessoas. Esses desafios dizem respeito à consolidação das políticas de promoção da Igualdade Racial iniciadas; à capilarização de organismos nos quatro cantos do país; à efetiva implementação; ao fortalecimento do controle social para acompanhar e monitorar as políticas; e à superação da negação do racismo como elemento estruturante da desigualdade.

Entre os avanços, destacam-se, além das estratégias mencionadas no eixo anterior, as seguintes políticas:

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - resposta do Ministério da Saúde às desigualdades sociais que acometem essa população e que é fruto do reconhecimento dos processos que construíram e ainda constroem suas condições de vida. Esta Política foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e seu Plano Operativo foi pactuado na Comissão Intergestores Tripartite, oficializando o compromisso das três esferas de governo para a execução de ações específicas em saúde voltadas para a população negra no âmbito da promoção da equidade e integralidade no Sistema Único de Saúde (SUS).

A implementação da Lei 11.645/08 – A partir do diagnóstico de que o racismo e todas as formas de preconceito não são provenientes da escola, mas que as suas consequências se manifestam no cotidiano escolar, os movimentos sociais negros organizados pautaram o Estado brasileiro na aprovação da Lei 10.639/03. Referida Lei modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos africanos e afro-brasileiros nas redes pública e privada de ensino. No ano de 2008, foi aprovada a Lei 11.645 incluindo os povos indígenas. Não obstante, ainda há grandes desafios para que esta obrigatoriedade seja implementada de fato

nas unidades escolares, envolvendo desde a mudança de paradigma dos livros didáticos na representação estereotipada de negros e indígenas, até a mudança de comportamento dos professores e de toda a comunidade escolar pela valorização da diversidade como elemento positivo e desejável na sociedade.

O Estatuto da Igualdade Racial - aprovado em junho de 2010, reafirma uma série de políticas com base nas ações afirmativas para a cidadania das populações negras. O Estatuto define os conceitos de discriminação racial e de população negra no país, além de discorrer sobre as políticas públicas de saúde, educação e cultura, direito à liberdade religiosa, acesso à terra e moradia digna, direito ao trabalho decente e institui o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR.

O Brasil é signatário da III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, realizada em 2001, que preconizou a adoção de medidas protetivas individuais e coletivas dos direitos humanos sistematicamente violados de grupos historicamente discriminados na sociedade. A importância desta Conferência foi a materialização de um Plano de Ação no qual os países se comprometeram a realizar no âmbito interno, a adoção de ações afirmativas nas políticas públicas. Na última década, iniciou-se no país a implementação de ações afirmativas para a população negra, que obteve maior visibilidade através da política de cotas no preenchimento de vagas públicas em universidades. A experiência nacional e internacional demonstra que as ações afirmativas com recorte étnico-racial podem ser implantadas não somente nas universidades, mas nas áreas de comunicação, mercado de trabalho, publicidade, administração pública, cultura, esporte e lazer, entre outras áreas.

Afirmção da Diversidade Cultural - Preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, a Fundação Cultural Palmares formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País. Tornar-se referência nacional e internacional na formulação e execução de políticas públicas da cultura negra é uma das principais metas da Palmares, que atua em três eixos fundamentais - o social, o artístico e o de gestão da informação – objetivando a garantia de direitos.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – O objetivo primordial do Plano é a preservação da tradição africana no Brasil, por meio de um conjunto de políticas públicas que visa principalmente a garantia de direitos, a proteção do patrimônio cultural e o enfrentamento à extrema pobreza. Entende-se por comunidades tradicionais de matriz africana os grupos que se organizam a partir dos valores e cosmovisão trazidos pelos africanos para o Brasil durante o período escravista e que constituem territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.

Programa Juventude VIVA - Os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e de áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Ministério da Saúde mostram que 53,3% dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Programa Juventude Viva foi construído, por meio de um processo amplamente participativo, reunindo ações de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema. *

Cotas no Sistema Federal de Ensino Superior (Lei 12.711/12) - na última década iniciou-se no país a implementação de ações afirmativas para a população negra, que obteve maior visibilidade através da política de cotas no preenchimento de vagas em universidades públicas. Ativistas e ONGs ligadas à inclusão racial apontam que no ano de 2010, mais de 100 instituições públicas de ensino superior adotavam algum tipo de ação afirmativa para inclusão racial e/ou social em seus processos seletivos. As avaliações feitas pelas universidades que

adotaram algum tipo de ação afirmativa indicam bons resultados de integração destes indivíduos na comunidade acadêmica. As Universidades estaduais (Unicamp, USP e UNESP) não são abrangidas pela legislação referida.

Programa Brasil Quilombola - há certificadas no Brasil 2040 Comunidades Quilombolas nas cinco regiões do país. Essas comunidades se formaram ao longo do processo de resistência escravista e seus territórios são a base de sua reprodução física, social, econômica e cultural. A Agenda Social Quilombola agrupa ações voltadas a essas comunidades em várias áreas: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania.

3) ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL: SINAPIR, ÓRGÃOS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, FÓRUM DE GESTORES, CONSELHOS E OUVIDORIAS

Com a elevação da voz dos movimentos sociais negros a partir do final da década de 1970, suas demandas foram conquistando os diversos espaços institucionais existentes no país e fortalecendo o debate sobre a necessidade de políticas de Estado voltadas para os povos que vinham sendo discriminados de forma sistemática nos últimos séculos.

Além das estratégias de políticas públicas propostas pela SEPPIR para afirmação do compromisso com o enfrentamento ao racismo no Brasil, foram propostos os Arranjos Institucionais para assegurar a sustentabilidade das políticas de igualdade racial: o SINAPIR, os órgãos de promoção da igualdade racial, o fórum de gestores, os conselhos e ouvidorias.

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) é um conjunto de partes interdependentes, cuja finalidade é descentralizar, colocar em prática e tornar efetivas as políticas para o enfrentamento ao racismo e para a superação das desigualdades raciais no Brasil. Esse sistema organiza-se por meio da repartição de competências e da atribuição de funções específicas aos órgãos e instituições que o compõem nas esferas federal, estadual, municipal e distrital. O SINAPIR está em formulação pela SEPPIR e funcionará de modo que a ação de cada parte integrante respeite a finalidade do conjunto. Seus marcos regulatórios são o Estatuto da

Igualdade Racial, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR).

Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPPIR) - articulação federativa promovida pela SEPPPIR que é um mecanismo de articulação dos organismos de Promoção da Igualdade Racial, para o avanço das políticas públicas de promoção da igualdade racial entre os entes federativos. O FIPPIR tinha em 2011 mais de 800 organismos aderentes. O incentivo à criação de organismos de promoção da igualdade racial nos Estados e municípios tem sido uma importante ação da SEPPPIR nos últimos anos.

Ouvitoria Nacional da Igualdade Racial - foi estabelecida a partir da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, regulamentada pelo Decreto 7.261/10 da Presidência da República. A Ouvitoria recebe, encaminha denúncias de preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e acompanha práticas de medidas para a promoção da igualdade racial.

4. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONTROLE SOCIAL: IGUALDADE RACIAL NOS ESPAÇOS DE DECISÃO E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL.

Em nosso país, passados os séculos, as desigualdades socioeconômicas vivenciadas pelas populações negra e indígena, assim como pelas mulheres contribuíram para a sua mobilização social e busca constante pelo acesso aos direitos humanos. As cronologias dos movimentos negro e feminista do final do século XIX à contemporaneidade evidenciam a passagem da denúncia para a fase propositiva de políticas públicas.

Embora conquistas significativas tenham sido alcançadas pelo ativismo social negro e feminista na esfera da educação, dados estatísticos recentes do Censo 2010 evidenciam que as desigualdades econômicas entre brancos e negros se ampliaram. Este paradoxo ocorre num momento histórico inédito. Pela primeira vez no Brasil, o recenseamento nacional contabilizou os Negros (junção dos quesitos de cor preta

e parda) como maioria da população do país (52%). A ampliação da autodeclaração dos afrodescendentes tem sido vista como um indicativo de ampliação da consciência negra e também do interesse pela reivindicação de políticas públicas afirmativas.

Se na esfera internacional o governo brasileiro avançou, assinando e incorporando à Legislação acordos e tratados internacionais no âmbito das Nações Unidas em prol da igualdade de direitos, as assimetrias raciais permanecem e os índices de violência têm aumentado ano a ano, conforme mostram os Mapas da Violência 2010; 2011 e 2012 realizado pelo Instituto Sangari e o Ministério da Justiça. Jovens negros, do sexo masculino, com idade entre 14 a 24 anos são as vítimas preferenciais do extermínio (mortes violentas por armas de fogo). As mulheres (brancas e negras), por sua vez, são as vítimas da violência doméstica cometida por parceiros (maridos, noivos, namorados ou membros da família).

Nos espaços de decisão situados nas esferas governamentais pouco a pouco vemos afluir políticas públicas visando eliminar (ou pelo menos atenuar) as desigualdades.

Cabe, pois à sociedade civil, em suas várias formas de organização, estar presente de forma atuante visando o monitoramento da aplicação e efetivação das Leis já existentes e também a formulação de outras que garantam a efetiva eliminação das disparidades ainda presentes entre nós.

Sabemos que existem desafios para a aplicação das Leis e das ações de combate ao racismo e discriminação, mas devemos estar atentos e confiantes nessa tarefa para construirmos, de fato, um país mais justo e igualitário.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Em São Bernardo do Campo, foi criada em 2009 a Gerência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, parte integrante do Departamento de Políticas Afirmativas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), para articular no âmbito da

Administração Municipal, dos esforços voltados à promoção da igualdade racial e à superação de todas as formas e mecanismos de discriminação oriundos de diferenças de origem étnica e racial, impactando no enfrentamento às desigualdades étnico-raciais na cidade.

Logo no início da Gestão, entre 2009-2012, o governo organizou a II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, cujo tema foi “Avanços, desafios e perspectivas da política municipal de promoção da igualdade racial em São Bernardo”, com foco na gestão pública, participação e controle social. Na abertura da II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL foi assinada a Lei que instituiu o Dia da Consciência Negra, na cidade. Nesse ano, governo e sociedade civil organizaram e realizaram o primeiro ‘20 de novembro’ – feriado na cidade com várias atividades no município. A partir de então, buscou-se uma articulação com os diversos atores sociais da cidade para pensar e organizar o calendário de atividades do Dia Nacional da Consciência Negra.

Nesses quatro anos, o governo investiu esforços na realização de atividades formativas de gênero e raça para servidores e servidoras públicas e para a comunidade buscando a sensibilização para o respeito e para a igualdade. Segundo o Censo 2010, São Bernardo do Campo possui uma população de 765 mil habitantes. Os negros e negras compreendem aproximadamente 258 mil pessoas, que representam aproximadamente 33,7% da população da cidade e estão distribuídas principalmente pelos bairros com menor infraestrutura social e urbana e com maior densidade populacional. Nos bairros Montanhão Santa Cruz e Dos Alvarenga, bairros mais vulneráveis socialmente, observa-se a maior concentração de afrodescendentes em sua população residente (54%, 49% e 48%, respectivamente), enquanto nos bairros mais consolidados, como o Anchieta e Rudge Ramos têm maior presença de brancos (87,8% e 84,8% respectivamente). Os negros(as) não ultrapassam os 10% do total de habitantes nesses bairros.

O histórico da população indígena no município remete ao processo de migração das regiões Norte-Nordeste que ocorreu a partir da segunda metade do século XX. Os chamados índios urbanos vivem em bairros periféricos e estão inseridos no mercado de trabalho nas

atividades mais precarizadas. A população indígena autodeclarada em toda a cidade, no último recenseamento, foi de 778 pessoas que representam aproximadamente 0,1% da população residente.

O bairro Curucutu faz divisa com a Zona Sul da capital paulista, onde existe a Reserva Indígena dos Krukutu demarcada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A Fundação realizou uma série de estudos antropológicos que aumentaram o território da reserva para os limites do município de São Bernardo do Campo. Os processos de demarcação estão em andamento e futuramente a população indígena do município poderá crescer substancialmente com o acréscimo desta população aldeada.

A cidade de São Bernardo do Campo recebeu imigrantes oriundos de diversas partes do mundo desde o final do século XIX, quando experimentou forte desenvolvimento econômico e social com aumento significativo de população. A imigração árabe/muçulmana, na região metropolitana de São Paulo e na cidade, data dessa época e hoje possui uma das maiores colônias no país. A tendência entre esses novos imigrantes foi se aglomerar em regiões onde havia uma comunidade islâmica ou árabe formada, como em São Bernardo do Campo, onde funciona uma mesquita.

As demandas desta população são marcadas pelo reconhecimento da sua cultura como parte do tecido social, com respeito às suas crenças e especificidades. As políticas de promoção da igualdade racial têm sido articuladas na cidade pelo Grupo Intersecretarial de Políticas Afirmativas composto por representantes de todas as áreas do governo. Essa instância intersecretarial representa uma inovação na gestão pública municipal, transversalizando as políticas de inclusão social em todas as áreas de governo, com olhar para as pessoas como seres integrais, respeitando e valorizando suas 'identidades'. Dessa maneira, possibilitou-se o desenvolvimento de ações com enfoque racial de forma matricial nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Urbana, Cultura, Esporte e Lazer. É preciso, cada vez mais, fortalecer esse processo de construção de políticas afirmativas iniciado na cidade, para que se possa consolidar uma São Bernardo efetivamente Solidária e Mais Igual.

PROPOSTAS DA II CONFERÊNCIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

É momento de apresentar as políticas públicas de Promoção da Igualdade Racial que estão sendo implementadas no município de São Bernardo pelo conjunto do governo, para facilitar que as pessoas participantes da III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL façam um balanço do que ainda pode ser articulado e possam propor diretrizes para avançar na consolidação da promoção da igualdade racial e da cidadania plena para todas e todos no município.

É na cidade que as pessoas estão mais próximas do poder público e que, enquanto usuárias dos serviços, têm a possibilidade de dialogar diretamente com gestores (as) para avaliar esses serviços disponibilizados, apontando eventuais dificuldades, bem como propostas para solucioná-los. É importante que a população se utilize dos canais de participação como o Plano Plurianual Participativo (PPA), o Orçamento Participativo (OP), as conferências, entre outros, para contribuir com o processo de planejamento da cidade e colocar aí as suas pautas e as suas diretrizes para uma São Bernardo melhor.

Passamos a rememorar as propostas definidas na II Conferência de Promoção da Igualdade Racial, em 2009, direcionadas ao município, com a finalidade de trazer mais elementos para o trabalho de grupos. O documento abaixo está organizado com as propostas da II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Na primeira coluna, logo abaixo de cada Eixo Temático, estão listadas as propostas resultantes da II Conferência. Na segunda coluna estão relacionadas as ações desenvolvidas pelo conjunto do governo municipal referente às propostas correspondentes.

EIXO 1 - Igualdade Racial na Perspectiva da Saúde	
Proposta 1	Ações Desenvolvidas
<p>Formação dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde voltada ao atendimento humanizado e tratamento adequado das doenças de maior incidência na população negra, especialmente a anemia falciforme, a hipertensão arterial, as miomatoses uterinas, entre outras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ↓ Inclusão do exame de 'Eletroforese de Hemoglobina' na rotina do pré-natal. ↓ Implantação da Linha de Cuidado "Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS)", considerando especificidades étnico-raciais. ↓ Garantia da dispensação de medicamentos anti-hipertensivos orais com eficácia comprovada científica no tratamento da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) em pessoas da raça/cor negra. ↓ Confeção e distribuição de 10.000 folders sobre Anemia Falciforme as trabalhadoras(es) e população do município. ↓ Exposição Fotográfica "Terras de Preto e Encantados" em 32 UBS no mês da consciência negra em 2010. ↓ Palestra sobre Perspectivas na Saúde da População Negra que teve como principal objetivo: Sensibilizar e Instrumentalizar os articuladores de Saúde para entender que a População Negra possui especificidades que merecem um olhar atento em relação à epidemiologia e ao acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) de forma equânime e integral. ↓ Palestra para as (os) profissionais da Secretaria de Saúde sobre Saúde da Mulher Negra. ↓ Realização de 04 Rodas Temáticas de Leitura/Conversa: "Racismo e Preconceito" em parceria, Unidades Básicas de Saúde (UBS) com o Grupo Intersecretarial de Políticas Afirmativas (GI) em 2011. ↓ Oficina na 1ª Mostra de Saúde sobre o tema "Política de Saúde Integral da População Negra: Um olhar para equidade". ↓ Produção de informações demográficas e socioeconômicas da população negra em SBC através dos Boletins epidemiológicos da população negra - Produção e utilização técnica do Informe nº 11/2012. Censo 2010. ↓ Produção e utilização técnica do Informe nº 12/2012: Perfil de mortalidade e morbidade hospitalar da população negra de SBC. ↓ Produção e utilização técnica do Informe nº 18/2013: Transtorno Falciforme no município de SBC. ↓ No Dia Mundial de Consentização sobre a Doença Falciforme (19/06) realizou-se mobilização pública através dos painéis eletrônicos da cidade e Moção de Apoio do Poder Legislativo do município para evidenciar a doença, bem como distribuição de material informativo e orientações sobre diagnóstico e tratamento da Anemia Falciforme nos equipamentos públicos de saúde. ↓ Criação e garantia de 01 vaga no Conselho Municipal de Saúde para o segmento de 'Movimentos Sociais' a partir de 2009.
Proposta 2	Ações Desenvolvidas
<p>Criação dos Centros-Dia para idosos e idosas nos bairros, priorizando-se os periféricos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ↓ São Bernardo do Campo tem 01 Centro Dia que foi reestruturado, com a mudança de endereço do equipamento para local adequado às normas de acessibilidade, garantindo segurança aos 60 pessoas idosas atendidas. Esse serviço oferece atendimento diurno a pessoas idosas que apresentam limitações na execução das atividades da vida diária, promovendo espaço de convivência e socialização. Essas pessoas passam o dia nesse espaço, onde fazem três refeições durante o dia e à tarde voltam para o convívio de suas famílias. O acesso ao serviço é realizado através da equipe técnica do Serviço de Atenção ao Idoso em Risco Pessoal e Social levando-se em conta o critério de risco, abandono e vulnerabilidade social. O serviço oferece atividades através de profissionais contratados e com a supervisão da coordenação do espaço. O trabalho social do Centro Dia realiza atendimentos a s pessoas idosas e aos seus familiares, visando estreitar os vínculos familiares e evitar a institucionalização. ↓ Estão previstas novas modalidades de atendimento para pessoas idosas semidependentes considerando que a população está envelhecendo e permanecendo mais tempo nessa etapa da vida, a velhice, e considerando também, os bairros com maior concentração de pessoas idosas que são os com maior infraestrutura e consolidação de políticas urbanas.

<p>Proposta 3</p> <p>Reativação do Ambulatório de Hanseníase de São Bernardo do Campo.</p>	<p style="text-align: center;">↓ Ações Desenvolvidas</p> <p>↓ O Programa Municipal de Controle da Hanseníase atende de forma ininterrupta desde 1977 no município. Listamos na tabela abaixo os atendimentos, incluindo o tratamento e diagnóstico nos últimos quatro anos.</p>																									
<p>Casos Diagnosticados e Tratados - Programa Municipal de Controle da Hanseníase</p> <table border="1" data-bbox="949 817 1220 1433"> <thead> <tr> <th>Ano-base</th> <th>Pretos</th> <th>Pardos</th> <th>Branços</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2009</td> <td>2</td> <td>13</td> <td>19</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>3</td> <td>11</td> <td>19</td> <td>33</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>2</td> <td>21</td> <td>54</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td>2012</td> <td>4</td> <td>13</td> <td>24</td> <td>41</td> </tr> </tbody> </table>		Ano-base	Pretos	Pardos	Branços	Total	2009	2	13	19	34	2010	3	11	19	33	2011	2	21	54	77	2012	4	13	24	41
Ano-base	Pretos	Pardos	Branços	Total																						
2009	2	13	19	34																						
2010	3	11	19	33																						
2011	2	21	54	77																						
2012	4	13	24	41																						
<p>Proposta 4</p> <p>Criação de protocolos nos programas de saúde que considerem a necessidade de inclusão dos questionos cor e religião no respectivo protocolo.</p>	<p style="text-align: center;">↓ Ações Desenvolvidas</p> <p>↓ Inclusão do questiono <i>raça/cor</i> em todos os formulários do SUS, bem como qualificação dos(as) profissionais através de Educação Permanente para a coleta da referida informação.</p> <p>↓ Inclusão do questiono <i>raça/cor</i> nos prontuários de atendimentos da Fundação Criança.</p> <p>↓ Participação dos profissionais da Secretaria de Esporte (SESP) em capacitação realizada pela Gerência de Políticas para a Igualdade Racial.</p> <p>↓ Inclusão dos questionos <i>raça/cor</i> nas fichas de inscrição e formulário (Fundação Criança e SESP).</p>																									
<p>Proposta 5</p> <p>Inclusão das propostas do eixo temático de "Igualdade racial na perspectiva da saúde nas discussões da 6ª Conferência Municipal de Saúde".</p>	<p style="text-align: center;">↓ Ações Desenvolvidas</p> <p>↓ O temário sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra foi incluído nas discussões da VII Conferência Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, no Sub-Eixo 1: "Participação da comunidade e Controle Social" cuja diretriz foi: Ampliar e facilitar a democracia participativa, com respeito, dignidade, considerando as diversidades raciais, religiosas, de gênero, econômica, de faixa etária e as diversas patologias (HIV, sofrimento mental e etc.).</p>																									
<p style="text-align: center;">EIXO 2 - Igualdade Racial na Perspectiva da Educação, Esporte e Lazer.</p>																										
<p>Proposta 1</p> <p>Garantia de educação de qualidade por meio de capacitação permanente dos (as) profissionais da educação municipal, contemplando uma educação anti-racista, antixista, anti-generacional e anti-homofóbica a partir da pedagogia da afro-descendência e que garanta a transmissão dos valores ancestrais africanos e afro-</p>	<p style="text-align: center;">↓ Ações Desenvolvidas</p> <p>↓ Formação para 400 pessoas dos quadros funcionais do sistema educacional, de forma sistemática e regular, mobilizando de forma colaborativa atores como os Fóruns de Educação, Instituições de Ensino Superior, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)/ MEC, sociedade civil, movimento negro, entre outros que possuem conhecimento da temática.</p> <p>↓ Orientação às equipes gestoras e técnicas da Secretaria de Educação para implementação da LEI 10.639/03 e Lei 11.645/08, por meio de ações colaborativas</p>																									

<p>brasileiros (ancestralidade, circularidade, comunitarismo, energia vital, corporais, musicalidade e axé).</p>	<p>com os Fóruns de Educação para Diversidade Étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✦ Capacitação de 350 profissionais das equipes gestoras escolares dos sete municípios do Grande ABC (diretoras (es), vice-diretoras (es) e coordenadoras (es) pedagógicas).
<p>Proposta 2</p> <p>Revisão da proposta curricular para incluir as questões étnicas, raciais e de gênero, respeitando o artigo 26 correlacionando a lei 10.639/03 e a 11.645/08 com atenção da participação da sociedade civil organizada.</p>	<p>Ações Desenvolvidas</p> <ul style="list-style-type: none"> ✦ Realização anual do Seminário Brasil-África nos anos de 2010, 2011 e 2012. ✦ Produção e distribuição de materiais didáticos e paradiidáticos que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais e regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das relações étnico-raciais. ✦ Organização e atualização do acervo de livros sobre a temática nas escolas municipais. ✦ Instituído na secretaria municipal de educação equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à diversidade, incluindo a educação das relações étnico-raciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários para o atendimento das recomendações propostas pelo MEC. ✦ Realização de consultas junto às escolas, gerando relatório anual a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. ✦ Apresentação e produção de materiais a respeito das leis 10.639/03 e 11.645/08 potencializados pelos recursos tecnológicos, tais como a rede social entremios, o portal da Educação e a internet. ✦ Orientação às equipes gestoras e técnicas da Secretaria de Educação (SE) para implementação da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08, por meio de ações colaborativas com os Fóruns de Educação para Diversidade Étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil.
<p>Proposta 3</p> <p>Comprometimento do órgão municipal de Educação para garantia de formação profissional específica na área da educação física em todos os níveis e modalidades para que esta política respeite as questões étnicas e de gênero.</p>	<p>Ações Desenvolvidas</p> <ul style="list-style-type: none"> ✦ Formação continuada sobre o respeito às questões étnico-raciais e de gênero, sendo 43 professoras(es) de Educação Física pertencentes à SESP que desenvolvem atividades esportivas e práticas corporais com crianças, jovens, adolescentes, adultos e pessoas idosas, bem como a contratação e educação permanente de 16 educadoras(es) sociais que desenvolvem ações integrativas.
<p>Proposta 4</p> <p>Descentralização das ações socioeducativas, esportivas, culturais e de lazer com foco na promoção da igualdade racial a partir da reforma, construção, uso de espaços e equipamentos públicos nas regiões periféricas garantindo-se o acesso (transporte) a todos os programas e projetos, valorizando-se os atletas e profissionais da cidade.</p>	<p>Ações Desenvolvidas</p> <ul style="list-style-type: none"> ✦ Oficina de capoeira e dança afro para 2.000 alunos e alunas do Ensino Fundamental no Programa Tempo de Escola. ✦ Oficinas de Hip-Hop para alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos. ✦ Implementação do Projeto Contando Encantando com a África em 20 escolas. ✦ Oficinas de música (ritmos, melodias) e capoeira para 600 crianças e jovens nos bairros Jardim das Orquídeas, Santa Cruz, Jardim Silvína e Parque São Bernardo. ✦ Promoção de debates, palestras e seminários com grupos sócio-educativos durante o mês de novembro. ✦ Encontro do Movimento Ação sobre a temática com oficinas de dança afro na SESP. 2010 ✦ Reativação das oficinas de capoeira na SESP. ✦ Participação de professoras (as) e alunas (as) dos programas da SESP nos eventos promovidos pela Prefeitura.

	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Implantação do Programa de Bem com a Vida nas 32 UBS da cidade, parceria entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Esporte e Lazer objetivando a prevenção de doenças e promoção da Saúde. ✦ Reforma e qualificação de campos de futebol nas regiões periféricas da cidade (Corrintha, Riacho Grande, Jardim Lavínia). ✦ Implantação de 33 núcleos de Escola de Futebol - Projeto Tigrinho (Esporte e Inclusão Social). Atende 6000 mil crianças e jovens. ✦ Implantação da Academia de Saúde no Jardim Silvina com equipamentos de ginástica e acompanhamento de educadoras (es) sociais. ✦ Entre na Roda, Espalhando a Leitura, Exposições, filmes, palestras, etc. (Secretaria da Cultural). ✦ Realização de campeonatos e eventos esportivos descentralizados de participação popular, bem como de atletas. (Ex.: Circuito de Caminhada e Corrida de Rua). 	<p style="text-align: center;">Ações Desenvolvidas</p>
<p style="text-align: center;">Proposta 5</p> <p>Implantação de política de cotas raciais e sociais na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✦ 	
EIXO 3 - Igualdade Racial na Perspectiva de Assistência Social, Trabalho e Renda.		
<p style="text-align: center;">Proposta 1</p> <p>Instituição de políticas de cotas para a população negra em concursos públicos, em estágios, em programas de geração de renda (que devem observar também o recorte geracional), na efetivação em cargos públicos, em escolas de ensino técnico profissional, e em convênios com empresas que possuam em seu quadro efetivo de funcionários uma percentagem de negros e negras, considerando-se a correlação dos dados estatísticos referentes à população negra do município.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Criação da Gerência de Políticas para a Igualdade Racial na estrutura do Departamento de Políticas Afirmativas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC). ✦ Articulação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial via Grupo Intersecretarial de Políticas Afirmativas (GI). ✦ Articulação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial – PLAMAPIR 2011/2012. ✦ Realização de capacitação “IGUALDADE RACIAL É PRA VALER” nas ações formativas das (os) beneficiárias (os) do Programa Oportunidades nas modalidades PEAT – Programa de Educação de Adolescentes para o Trabalho e Frente de Trabalho. ✦ Realização da oficina “IGUALDADE RACIAL É PRA VALER” em 2012 para 450 pessoas dos grupos sócio-educativos dos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), usuárias (os) do Programa Bolsa Família (PBF). ✦ Decreto nº 17.149, de 13 de maio de 2010 que institui o ‘PROGRAMA VIDA NOVA’, conforme Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 109/2009, firmado em dezembro de 2009, com o Conselho Nacional de Justiça, que compõe um conjunto de ações culturais, educativas, de capacitação profissional, de inserção no mercado de trabalho e de reinserção social de egressos do sistema penitenciário, cumpridores de penas, de medidas alternativas, bem como adolescentes em conflito com a lei. 	<p style="text-align: center;">Ações Desenvolvidas</p>
<p style="text-align: center;">Proposta 2</p> <p>Criação de Grupo de Trabalho de geração de renda e trabalho decente coordenado pelo governo, onde tenham assento os sindicatos, as empresas, os prestadores de serviços e a sociedade civil organizada.</p>		<p style="text-align: center;">Ações Desenvolvidas</p> <ul style="list-style-type: none"> ✦ Programa Oportunidades – modalidade Frente de Trabalho. As pessoas em vulnerabilidade que autodeclararam raça/cor negra tem acrescido 05 pontos na seleção. (Item 3.1.6 – Seleção Pública, Lei 6.033 de 15/04/2010 relativo ao pertencimento racial). ✦ Realização de capacitação “As Desigualdades Raciais no Mercado de Trabalho” para as (os) atendentes da Central de Trabalho e Renda. ✦ Realização de atividade com pesquisadores do DIEESE e da Faculdade Termomecânica: “A questão racial na perspectiva do desenvolvimento econômico e do

	mercado de trabalho" em 2010.	
	<ul style="list-style-type: none"> ↓ No âmbito do Consórcio Intermunicipal Grande ABC existe o GT Trabalho e Renda, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Turismo (SDETT) da Prefeitura de São Bernardo do Campo. 	
Proposta 3		Ações Desenvolvidas
Instituição de política do primeiro emprego para mulheres, homens e jovens negros.	<ul style="list-style-type: none"> ↓ Programa Oportunidades, Lei 6.033 de 15/04/2010, o art. 15 discorre sobre Programa de Educação da(o) Adolescente para o Trabalho (PEAT), oriundos(as) de famílias em vulnerabilidade social, encaminhados(as) para o Programa pelos CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). 	
Proposta 4		Ações Desenvolvidas
Criação de Programa de orientação e formação para trabalhadores e trabalhadoras na economia informal lícita de forma a estimular a formalização das atividades.	<ul style="list-style-type: none"> ↓ Desenvolvimento do Programa Mulheres Construindo Autonomia em São Bernardo do Campo em convênio com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM) - atendimento de aproximadamente 55% de mulheres negras. ↓ A política do Programa de Geração de Trabalho, Renda e Economia Solidária agrega um grande número de mulheres negras. ↓ Desenvolvido um Curso de Cuidadores de pessoas idosas em parceria com o Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (OLHE) e a Associação dos Metalúrgicos Aposentados (AMA), em 2012, qualificando 26 profissionais. ↓ Implantação do NUTRRART (Núcleo de Trabalho, Renda e Arte) que objetiva a reinserção dos (as) usuários (as) da saúde mental no mercado de trabalho. 	
		Ações Desenvolvidas
Proposta 5		
Reativação do SEBRAE no Poupa Tempo de São Bernardo do Campo, garantindo-se o atendimento aos empreendedores negros e empreendedoras negras em núcleos específicos.	<ul style="list-style-type: none"> ↓ A Sala do Empreendedor reúne os serviços de diversas secretarias responsáveis pela emissão de documentos e licenças municipais. É também um espaço destinado a acolher e capacitar (as)os empreendedores(as) orientando-os (as) desde a fase de concepção e planejamento de seu negócio até a fase de consolidação e gestão. Para viabilizar a realização desses serviços a Prefeitura firmou convênios e parcerias com diversos órgãos governamentais e entidades ligadas ao setor empresarial, inclusive o SEBRAE. 	
EIXO 4 - Igualdade Racial na Perspectiva da Segurança, de Direitos e Garantias Fundamentais.		
		Ações Desenvolvidas
Proposta 1		
Implantação de modelo de formação de guardas municipais que contemple a promoção da igualdade racial, a cultura e a história da população negra.	<ul style="list-style-type: none"> ↓ Cursos de formação de ingresso e acesso na carreira de Guarda Civil Municipal com o tema Igualdade Racial e Políticas Afirmativas para 894 profissionais. ↓ Formação sobre Promoção da Igualdade Racial para as (os) participantes do Programa Turma Cidadã. 	
		Ações Desenvolvidas
Proposta 2		
Formulação de política municipal de segurança pública, garantindo-se a discussão com a sociedade civil em plenárias ou audiências públicas.	<ul style="list-style-type: none"> ↓ Promoção da temática igualdade racial no programa de prevenção à violência Território de Paz - Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO) para 300 jovens. ↓ Promoção da temática igualdade racial no programa de prevenção à violência Território de Paz - Mulheres da Paz para 420 mulheres. 	